



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 (90008/2026 – Nº COMPRAS.GOV)**

**EDITAL**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO BARROS – PI**, UASG 980396, informa que realizará no dia 17/06/2026 às 9 horas o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 (90008/2026). Modo de disputa: Aberto/Fechado. Critério de julgamento: Menor preço. Adjudicação: por lote. Plataforma eletrônica: COMPRAS.GOV. Disponibilidade do Edital: TCE-PI (Licitações Web), COMPRAS.GOV e PNCP. Informações: cplsebastiaobarrospi20212024@gmail.com.

**1.0. DO OBJETO**

Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

**2.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos para cobrir as despesas do objeto desta licitação estão consignados no Orçamento Geral do Município/FPM/Receitas próprias/Fundos Municipais/Fonte: 500, ND 33.90.30, Programa de Trabalho: 04.122.0005.2009.0000-ADMINISTRAÇÃO; 10.301.0005.2038.0000, 10.301.0013.2075.0000 – SAÚDE; 12.361.0013.1010.0000, 12.361.0005.2018.0000, 12.361.0012.1009.0000, 12.361.0012.2018.0000 – EDUCAÇÃO; 08.122.0005.2046.0000 – ASSISTÊNCIA SOCIAL, bem como poderão ser utilizadas fontes de recursos do Tesouro Nacional (Fonte 001) e do Tesouro Estadual (Fonte 001), por meio de Emendas, Transferências Especiais e outras formas de transferência, sendo que, nesses casos, deverá constar no Contrato a referência ao documento de origem.

**3.0. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4.0. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; e

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante; e

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando o que a Administração entender aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

#### **7.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital. A continuidade da sessão poderá ocorrer no mesmo dia ou nos dias úteis seguintes, em qualquer horário do período das 08:00 horas às 18:00 horas, sendo de responsabilidade das licitantes acessar o sistema e acompanhar as etapas de julgamento, habilitação, adjudicação e homologação, e eventual intenção de recurso, não sendo necessário o (a) Pregoeiro(a) avisar previamente.

7.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração prevista no sistema, que poderá ser configurado até 1 minuto antes do início da sessão. Após o prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.9. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9.1. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.10.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as

microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.21.1. no país;

7.21.2. por empresas brasileiras;

7.21.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.



7.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.2. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado, podendo convocar os demais classificados, para que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, sob pena de desclassificação e convocação da empresa seguinte colocada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.3. No mesmo prazo acima, visando a aplicação do princípio da celeridade, previsto no art. 5º da lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá solicitar que seja anexada ao mesmo tempo toda a documentação de habilitação, bem como poderá convocar todas as licitantes conjuntamente.

7.24. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8.0. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será de plano rejeitada ou desclassificada a proposta que não atender as exigências deste Edital, desatender os modelos anexos, e que apresentar preços inexequíveis ou acima do preço estimado no Termo de Referência, sendo que tal parâmetro de verificação será o percentual de 30 % (trinta por cento) em relação ao orçamento geral de cada item do lote global, ficando sujeito sua análise por parte do(a) Pregoeiro (a), que poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos do §2º do art. 59 da lei nº 14.133/2021, ou seja, a realização de diligências é uma faculdade e não uma obrigação da



Administração, ressaltando-se que tais possibilidades de desclassificação estão previstas no art. 59, inc. III da lei nº 14.133/2021, segundo o qual “serão desclassificadas as propostas que: II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital; e III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação”.

8.2.1. Será também de plano rejeitada ou desclassificada a proposta que não apresentar declaração de que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades, com as especificações das coordenadas (esquerda, direita e frente), constante na declaração de localização e no modelo de proposta.

8.3. Qualquer interessado poderá alegar intenção de recorrer sob a alegação de que sua proposta é exequível apresente na intenção de forma fundamentada a fonte ou outro meio de provar suas alegações, sob pena de rejeitada de plano pelo(a) Pregoeiro(a), devendo anexar no sistema, no prazo de 10 minutos dado pelo sistema, documentos probatórios de suas alegações.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, os licitantes estarão cientes de que a sessão pública continuará no dia útil seguinte à suspensão, sem necessidade de aviso no sistema.

8.5. O pregoeiro poderá convocar, no prazo de 2 horas, que as empresas apresentes documentos que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado ou inabilitado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.10. Será rejeitada ou desclassificada a proposta que fizer cotação para lotes em distância superior à estabelecida no Termo de Referência, considerando o início da quilometragem o endereço sede da empresa, conforme o constante no CNPJ, podendo, para tanto, o Pregoeiro realizar consulta no site da Receita Federal.

8.11. Na análise da proposta, o Pregoeiro poderá verificar em consulta ao SICAF ou ao CNPJ se a licitante está com os documentos com prazos de validade e se a empresa é mesmo fornecedora do objeto da licitação, podendo o Pregoeiro realizar de plano a desclassificação se a empresa estiver irregular, bem como se for constatado que a distância entre o endereço da licitante e a sede do órgão responsável pela licitação for superior ao estabelecido no item 6.6 deste Edital.

## **9.0. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.1. Constatada a existência de sanção, ocorrências impeditivas e certidões com prazos vencidos, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4. Os licitantes deverão encaminhar, sob pena de desclassificação, nos termos deste Edital, além das Declarações (Modelos anexos), a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, mesmo que todos os documentos estejam no SICAF, tendo em vista que predomina o princípio da celeridade, previsto no art. 5º da lei nº14.133/2021, pois para a Administração é mais rápido analisar a documentação em PDF do que acessar o SICAF de cada licitante.

#### **9.4.1. Habilitação jurídica:**

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados dos documentos dos representantes legais da empresa (RG, CPF e comprovante de residência) e de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.4.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.1. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua

substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.2. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

c) Será exigido o recolhimento, a título de garantia de proposta, o valor correspondente a a 1% (um por cento) do valor orçado da licitação, na modalidade seguro-garantia, devendo estar com data de antes do horário da abertura da licitação, devendo o comprovante acompanhar a proposta de preços, sob pena de desclassificação.

9.4.3.1. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.4.3.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### **9.4.4. Qualificação Técnica:**

a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel impresso timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores,

administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

b) Declaração, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação na licitação.

c) Declaração de Localização e Funcionamento que indique todos os dados pertinentes, endereço, Cidade, Estado, CEP, ponto de referência e telefone, e obrigatoriamente com pelo menos 03 (três) fotos compreendo a faixa, escritório e instalações, conforme modelo estabelecido em anexo modelo deste Edital.

9.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### **10.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante (proposta readequada) declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá, sob pena de desclassificação, conter as declarações expressas no modelo anexo, bem como:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



10.7. Em não sendo impossível, por qualquer motivo, a Administração visualizar a proposta de preços e os documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá intimar a licitante para que a mesma, no prazo de até 2 horas, anexa os referidos documentos, podendo o referido prazo ser prorrogado.

10.8. A exigência de declaração expressa prevista no subitem 10.1 visa atender os interesses da Administração, pois precisa dos itens o mais rápido possível, após a solicitação, bem como saber de plano se a licitante possui o mínimo de estrutura física capaz de comprovar ser do ramo do objeto da licitação.

**11.0. JUSTIFICATIVA DA ADJUDICAÇÃO POR LOTES – POSSIBILIDADE, “DESDE QUE NÃO HAJA PREJUÍZO PARA O CONJUNTO OU COMPLEXO OU PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA” (SÚMULA 247/2009 – TCU)**

Conforme delineado nos autos do presente processo licitatório, constam peculiaridades específicas quanto à contratação que, se for feita por itens, tende a causar sérios prejuízos à administração, pois, se a licitação foi por item, o valor da contratação será englobado no valor do item aumentando, seu custo e conseqüentemente o processo não teria economia de escala.

Os itens constantes no Termo de Referência (Anexo I) não são distintos e possuem mesma natureza e ainda guardam relação entre si, em razão de sua natureza e da necessidade que atendeu a referida pretendida prestação dos serviços.

Ademais, se a adjudicação for por item haverá atraso por fornecedores, bem assim dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário, por esse motivo é necessário a disposição dos itens em lotes acordo com a sua classificação.

Dessa forma, foi optado pelo agrupamento em lote, separando-os apenas de acordo com a sua natureza, permitindo com que os fornecedores possam participar do certame sem imputar em prejuízos à competição.

A principal intenção da Administração realizar o processo em lote justifica-se pelo **princípio da economicidade**, que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88, e representa, em síntese, a promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo, atentando-se para a necessidade de avaliação abrangente de custo da contratação, além do que o próprio art. 5º da lei nº 14.133/202, consagra o **princípio da celeridade**, pois a Administração, ao realizar a licitação por itens, **poderá correr o risco de gerar uma ata de registro de preço para cada item**, ou seja, cada licitante poderá ganhar um único item, o que será algo que causará graves prejuízos à Administração.

O TCU por diversas vezes manifesta-se que é legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá

elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, *verbis*:

"(...) Analisando o feito, anotou o relator a pertinência da representação, "haja vista não ser a matéria, como visto, pacífica no âmbito do TCU, de sorte que, de certa maneira, enseja a análise de situações concretas, para que se possa concluir se houve, ou não, afronta à competitividade do certame". No caso vertente, em que 16 lotes contemplaram 107 itens, o relator consignou que a adoção da licitação por itens isolados exigiria "elevado número de procedimentos para seleção", o que "tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração". E concluiu no sentido de considerar, diante de irregularidade formal apurada, a representação parcialmente procedente, anotando que "diante das peculiares circunstâncias do presente caso concreto (...) a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica". O Plenário do TCU, ao acolher a proposta da relatoria, julgou parcialmente procedente a representação." Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara, TC 009.965/2013-0, relator Ministro Substituto André Luís de Carvalho, 3.9.2013 (Grifos Nossos).

**Por tais motivos, optou-se a Administração pelo agrupamento em lotes.**

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 10 minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e, nesse caso, o Pregoeiro passará à fase de adjudicação.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.2.6. O recurso deverá ser acompanhado de todos os documentos exigidos na habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de sem sequer ser analisado e conhecido.

12.2.7. O recurso encaminhado fisicamente será arquivado na Prefeitura Municipal.

### **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **14.0. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente (Prefeito Municipal), após julgamento ou após esgotados eventuais recursos interpostos.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, o Prefeito Municipal ( autoridade competente ) homologará o procedimento licitatório.

#### **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos na lei nº 14.133/2021.

## **16.0. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. A empresa terá o prazo de 03(três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O prazo de vigência da contratação será de até 05 (cinco) anos, observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, além da necessidade de observar as diretrizes no art. 106, incisos de I a III e §1º da lei nº 14.133/2021.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18.0. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. CONTRATAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

19.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado o Contrato, conforme MODELO (Modelo anexo).

19.2. A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de convocação imediata do segundo colocado.

19.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável, obedecidos os artigos 113 e 107 Lei nº 14.133/2021.

19.4. Na formalização dos contratos deverão ser obedecidas as regras previstas no art. 89 e seguintes da lei nº 14.133/2021, sendo que o modelo de gestão de Contrato, ou seja, a forma como a Prefeitura Municipal fiscalizará o contrato, constará do ato de designação como Fiscal do Contrato.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **21.0. DO PAGAMENTO**

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei nº 14.133/2021 o licitante que:

a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

- b) não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- j) fraudar na execução do contrato.

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

22.2.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



22.2.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.2.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.2.4. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

### **23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

### **25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

25.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2. A impugnação deverá ser realizada encaminhada ao endereço eletrônico constante da parte preambular deste Edital, devendo estar acompanhada de todos os documentos de habilitação exigidos nos subitens 9.4.1 e 9.4.1.1 deste Edital, sob pena de nem sequer ser analisada e, em sendo a empresa representada por procurador, a procuração deverá constar poderes específicos (constar o nº da licitação e nº do processo administrativo), com firma reconhecida ou mediante assinatura através de certificado digital, devendo ainda constar o CNPJ, endereço da empresa, bem como o

nome, CPF, RG e o endereço do representante legal da licitante ou do(a) impugnante, ressaltando que impugnações protocoladas por outros meios não analisadas ou não conhecidas.

25.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, devendo ser encaminhados ao mesmo endereço eletrônico constante no subitem 22.2.

25.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

25.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25.9. Impugnações e questionamentos acerca do Decreto de Regionalização não serão analisados.

25.9. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do término, ressaltando-se que os pedidos protocolados fora do horário do expediente, ou seja, após 17 horas, serão considerados como protocolados no dia útil seguinte.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital, de seus anexos, demais peças e o Aviso, prevalecerá as deste Edital.

26.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos, ressaltando-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Documento de Formalização da Demanda (DFD) e o Mapa de Riscos (MR), quando for o caso, deverão ser anexados ao processo e juntados no sistema Licitações WEB, do TCE-PI:

ANEXO I - Termo de Referência (TR)

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO IV – Modelo de Declaração de inexistência de fatos impeditivos

ANEXO V – Modelo de Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos na LC nº 123/2006 (no caso de microempresa)

ANEXO VI – Modelo de Declaração de concordância com as condições do Edital

ANEXO VII – Modelo de Declaração de responsabilidades pelas transações no sistema

ANEXO VIII – Modelo de cumprimento de reserva de cargos para pessoa com deficiência

ANEXO XIX – Modelo de Declaração que não emprega menores

ANEXO X - Modelo de Declaração de localização e funcionamento.

ANEXO XI – Modelo de Proposta de preços.

Sebastião Barros-PI, 29 de maio de 2026.

**PAULO ROBERTO PINHEIRO DA SILVA**

**Pregoeiro**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(ANEXO I)**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021).**

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

<b>LOTE 1 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITARIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
1	ARAME RECOZIDO 1KG	KG	80	38,60	3.088,00
2	AREIA FINA P/LEVANTE	M3	80	119,45	9.556,00
3	ARGAMASSA 20KLS	PCT	320	34,25	10.960,00
4	ARREMATE COLONIAL	BAR	80	37,85	3.028,00
5	BALDE PLASTICO 12LTS	UND	80	26,50	2.120,00
6	BARRA CHATA 3/4X1/8	BAR	80	50,75	4.060,00
7	BRITA Nº 01	M3	80	682,15	54.572,00
8	CABO ENXADA	UND	80	28,25	2.260,00
9	CAL FORTEX 8K	PCT	200	26,95	5.390,00
10	CANTONEIRA 3/4 X 1/8	BAR	60	50,10	3.006,00
11	CARRINHO MAO	UND	60	544,75	32.685,00
12	COLUNA P/ BANHEIRO	UND	60	137,10	8.226,00
13	DOBRADI CA COMUM 3,5 AÇO POLIDO C/ 3	CARTELA	60	39,55	2.373,00
14	EMENDA PVC P/FORRO	BAR	60	43,24	2.594,40
15	ENXADA	UND	60	91,40	5.484,00
16	FECHADURA INOX INT/EXT	UND	60	118,90	7.134,00
17	FERRO 1/2 12,50MM	BAR	60	143,25	8.595,00
18	FERRO 1/4 6,3MM	BAR	60	45,25	2.715,00
19	FERRO 3,8 10MM	BAR	60	147,00	8.820,00
20	FERRO 4,2MM ESTRIBO	BAR	60	26,50	1.590,00
21	FERRO 5/16 8MM	BAR	60	98,10	5.886,00
22	COLUNA P/CONSTRUÇÃO 5/16	BAR	60	196,60	11.796,00
23	TRELIÇA TG-8	BAR	60	90,25	5.415,00
24	FERROLHO REDONDO Nº4	UND	60	28,50	1.710,00
25	FIXADOR CAL	UND	160	9,70	1.552,00
26	FORRO PVC 200MM 6 M	MT	160	38,80	6.208,00
27	JANELA 100X100	UND	40	559,50	22.380,00



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

28	LAVATORIO BANHEIRO	UND	40	165,10	6.604,00
29	MASSA CORRIDA 28KLS	LTA	40	125,25	5.010,00
30	METALON 20X20	BAR	40	85,40	3.416,00
31	METALON 20X30	BAR	40	99,20	3.968,00
32	METALON 30X50	BAR	40	122,85	4.914,00
33	PA DE BICO	UND	40	90,50	3.620,00
34	PARAFUSO MADEIRA 3,5X25	UND	400	0,98	392,00
35	PREGO 19X36	KG	40	39,50	1.580,00
36	PICARETA	UND	40	133,17	5.326,80
37	CERAMICO 43X43	CX	130	76,00	9.880,00
38	PORTA FERRO 080X210	UND	40	671,80	26.872,00
39	REJUNTE 1K	KG	80	17,70	1.416,00
40	SELADO R 18LTS PAREDE	LTA	40	242,15	9.686,00
41	TELHA BRASILIT 0,50 X 1,10	UND	160	75,90	12.144,00
42	TELHA BRASILIT 3,66 X 1,10	UND	40	305,35	12.214,00
43	TELHA BRASILIT 2,44 X 1,10	UND	80	193,50	15.480,00
44	TELHA PLAN SOTEL	MLR	40	1.990,50	79.620,00
45	TIJOLO 8 FUROS	MLR	40	1.887,50	75.500,00
46	TIJOLO 6 FUROS	MLR	40	1.607,00	64.280,00
47	TINTA PVA 18LTS	LTA	40	522,95	20.918,00
48	VASO SANITARI O	UND	40	493,65	19.746,00
49	CIMENTO SACO DE 50 KG	SC	800	79,20	63.360,00
50	TNTA 3.6 L ESMALTE	LT	100	196,30	19.630,00
51	TINTA 18 LT	LT	100	468,00	46.800,00
52	FITA LARGA CREPE	ROLO	100	25,60	2.560,00
53	ROLO DE PINTURA	UND	100	30,00	3.000,00
54	LIXAS PARA PAREDE	UND	100	5,15	515,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 1 (R\$)</b>					<b>751.655,20</b>

<b>LOTE 2 - MATERIAL DE ELÉTRICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITARIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
55	LUMINARIA PUBLICA ABERTA E-40	UND	60	83,32	4.999,20
56	LUMINARIA PUBLICA ABERTA E-27	UND	60	72,15	4.329,00
57	BRACO P/LUMINARIA RETO C/SAPATA 1.50M	UND	80	84,90	6.792,00
58	CABO 1,5MM FLEXIVEL 750V	MT	2800	3,95	11.060,00
59	CABO 10,00MM FLEXIVEL 750V	MT	2000	12,75	25.500,00
60	CABO 2,5MM FLEXIVEL 750V	MT	2000	6,10	12.200,00
61	CABO 4,00MM FLEXIVEL 750V	MT	2800	7,75	21.700,00
62	CABO 6,00MM FLEXIVEL 750V	MT	4000	10,00	40.000,00
63	CABO NU DE COBRE 16MM	MT	80	39,00	3.120,00



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

64	CAIXA DE LUZ PLASTICA 4X2	UND	400	4,77	1.908,00
65	CAIXA MEDIDOR MONOFASI CA	UND	60	147,15	8.829,00
66	CAIXA MEDIDOR TRIFASICA	UND	40	347,15	13.886,00
67	CANAleta C/DIVISAO	UND	40	14,25	570,00
68	TOMADA 4X2 2P+T 10A	UND	40	19,75	790,00
69	DISJUNTOR MONOFASI CO 10A	UND	40	24,75	990,00
70	DISJUNTOR MONOFASI CO 15A	UND	40	25,00	1.000,00
71	DISJUNTOR MONOFASI CO 20A	UND	40	25,75	1.030,00
72	DISJUNTOR MONOFASI CO 25 A	UND	40	26,75	1.070,00
73	DISJUNTOR MONOFASI CO 30A	UND	40	26,00	1.040,00
74	DISJUNTOR MONOFASI CO 35A	UND	40	29,50	1.180,00
75	DISJUNTOR MONOFASI CO 70 A	UND	40	60,25	2.410,00
76	DISJUNTOR TRIFASICO 50 A	UND	40	104,50	4.180,00
77	CONDUITE GARGANTA 1/2	MT	300	4,20	1.260,00
78	FIO TORCIDO 2X075 750V	MT	600	6,35	3.810,00
79	FITA ISOLANTE AUTA FUSAO 5MT	UND	200	16,20	3.240,00
80	HASTE ATERRAMENTO 2,40	UND	40	69,50	2.780,00
81	HASTE ATERRAMENTO 1,20	UND	40	48,00	1.920,00
82	HASTE ATERRAMENTO 1,50	UND	40	59,75	2.390,00
83	INTERRUPTOR MEIO CORDAO (PERA)	UND	100	9,70	970,00
84	BOCAL S/CHAVE E-27	UND	160	9,25	1.480,00
85	LAMPADA ELETRONICA 45W	UND	40	93,75	3.750,00
86	LAMPADA ELETRONICA 20W	UND	40	58,75	2.350,00
87	LAMPADA ELETRONICA 25W	UND	40	67,50	2.700,00
88	LAMPADA FLUORESCENTE DE 20W	UND	40	29,25	1.170,00
89	LAMPADA FLUORESCENTE DE 40W	UND	40	92,40	3.696,00
90	LUMINARIA ALETADA 2X20 COMPLETA	UND	40	197,90	7.916,00
91	LUMINARIA ALETADA 2X40 COMPLETA	UND	40	218,90	8.756,00
92	INTERRUPTOR 4X2 C/1 INT + ITOM.	UND	60	42,00	2.520,00
93	INTERRUPTOR 4X2 C/1 TC	UND	60	19,50	1.170,00
94	INTERRUPTOR 4X2 C/2TC	UND	60	27,00	1.620,00
95	TOMADA 4X2 DUPLA 2P+T 10A	UND	60	30,75	1.845,00
96	REATOR VAPOR SODIO 400W	UND	60	195,35	11.721,00
97	REATOR VAPOR SODIO 250W	UND	60	198,40	11.904,00
98	REATOR VAPOR SODIO 70W	UND	60	132,00	7.920,00
99	LAMPADA VAPOR SODIO 400W	UND	60	164,50	9.870,00
100	LAMPADA VAPOR SODIO 250W	UND	60	118,75	7.125,00
101	LAMPADA VAPOR SODIO 70W	UND	60	133,50	8.010,00
102	BASE P/RELE FOTOELETRICO	UND	80	25,50	2.040,00
103	REFLETOR ALOGEMA 500W	UND	40	83,67	3.346,80
104	RELE FOTO ELETRI CO	UND	80	77,20	6.176,00
105	BOCAL DE LOUÇA	UND	4	28,50	114,00
106	CABO MULTIPLEX 10MM MONOFASI	MT	80	16,00	1.280,00





PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

	CO				
107	CABO MULTIPLEX 16MM TRIFASICO	MT	80	17,25	1.380,00
108	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 12 COMP.	MT	40	87,75	3.510,00
109	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 12 / 16 COM	UND	40	73,00	2.920,00
110	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 24 COMP.	UND	40	198,75	7.950,00
111	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 04 COMP.	UND	40	91,75	3.670,00
112	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 6/8 COMP.	UND	40	53,75	2.150,00
113	CLIQUE TRIFASI CO C/ PREGO	UND	800	1,65	1.320,00
114	ABRAÇADEIRA TIPO D 3/4	UND	400	4,47	1.788,00
115	TAMPA CEGA	UND	20	5,97	119,40
116	PLAFON	UND	80	16,25	1.300,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 2 (R\$)</b>					<b>319.540,40</b>

<b>LOTE 3 - MATERIAL DE HIDRÁULICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITARIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
117	ADAPTADOR FLANGE 50MM	UND	80	57,90	4.632,00
118	BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA	UND	80	46,85	3.748,00
119	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL PVC 50X20	UND	100	13,75	1.375,00
120	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL PVC 50X25	UNID	80	13,50	1.080,00
121	CAIXA D'ÁGUA 1000LTS	UNID	60	981,00	58.860,00
122	CAIXA D'ÁGUA 500LTS	UNID	60	857,45	51.447,00
123	CAIXA DESCARGA 6LTS NOVO PADRÃO	UNID	60	89,40	5.364,00
124	CAIXA SINFONADA PVC	UNID	100	30,85	3.085,00
125	CHUVEIRO PVC 1/2"	UNID	100	41,15	4.115,00
126	COLAR TOMADA 50MM	UND	60	28,50	1.710,00
127	COLAR TOMADA 60MM	UND	60	28,50	1.710,00
128	JOELHO ESGOTO PVC 150MM	UND	60	55,90	3.354,00
129	JOELHO ESGOTO PVC DE 100	UND	100	16,25	1.625,00
130	JOELHO ESGOTO PVC DE 40MM	UND	80	7,50	600,00
131	JOELHO ESGOTO PVC DE 50MM	UND	200	9,50	1.900,00
132	JOELHO SOLDÁVEL PVC DE 20MM	UND	200	3,40	680,00
133	JOELHO SOLDÁVEL PVC DE 25MM	UND	200	4,25	850,00
134	JOELHOS SOLDÁVEL PVC DE 50MM	UND	100	11,65	1.165,00
135	LUVA ESGOTO PVC 100MM	UND	80	13,00	1.040,00
136	LUVA SOLDÁVEL PVC 20MM	UND	80	3,15	252,00



137	LUVA SOLDAVEL PVC DE 25MMM	UND	80	4,00	320,00
138	MANGUEIRA PRETA 1/ 2	MT	400	6,25	2.500,00
139	REGADOR PLAST. PVC 10LTS	MT	60	60,80	3.648,00
140	REGISTRO PVC 20MM	MT	40	19,35	774,00
141	REGISTRO PVC 25MM	UND	40	28,00	1.120,00
142	SIFAO SANFONADO 40	UND	40	15,12	604,80
143	TE ESGOTO PVC 100MM	UND	80	33,35	2.668,00
144	TE ESGOTO PVC 40MM	UND	60	11,37	682,20
145	TE ESGOTO PVC 50MM	UND	80	13,80	1.104,00
146	TE SOLDAVEL PVC DE 20MM	UND	400	3,35	1.340,00
147	TE SOLDAVEL PVC DE 25MM	UND	200	5,55	1.110,00
148	TE SOLDAVEL PVC DE 50MM	UND	100	19,65	1.965,00
149	TORNEIRA JARDIM PVC 1/ 2	UND	100	7,35	735,00
150	TUBO DESCARGA PARA VASO	BAR	40	37,75	1.510,00
151	TUBO ESGOTO PVC 150MM	BAR	60	317,50	19.050,00
152	TUBO ESGOTO PVC DE 100MM	BAR	40	240,00	9.600,00
153	TUBO ESGOTO PVC DE 40MM	BAR	40	75,00	3.000,00
154	TUBO ESGOTO PVC DE 50MM	BAR	100	111,00	11.100,00
155	TUBO ESGOTO PVC DE 75MM	BAR	80	132,50	10.600,00
156	TUBO SOLDAVEL PVC DE 20MM	BAR	200	47,50	9.500,00
157	TUBO SOLDAVEL PVC DE 25MM	BAR	160	59,00	9.440,00
158	TUBO SOLDAVEL PVC DE 32MM	BAR	60	74,50	4.470,00
159	TUBO SOLDAVEL PVC DE 40MM	BAR	80	100,00	8.000,00
160	TUBO SOLDAVEL PVC DE 50MM	BAR	60	144,00	8.640,00
161	TUBO SOLDAVEL PVC DE 60MM	BAR	80	204,50	16.360,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 3 (R\$)</b>					<b>278.433,00</b>

<b>LOTE 4 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITARIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
162	ARAME RECOSIDO 1KG	KG	80	38,60	3.088,00
163	AREIA FINA P/LEVANTE	M3	80	119,45	9.556,00
164	ARGAMASSA 20KLS	PCT	160	34,25	5.480,00
165	ARREMATE COLONIAL	BAR	40	37,85	1.514,00
166	BALDE PLASTICO 12LTS	UND	40	26,50	1.060,00
167	BARRA CHATA 3/4X1/8	BAR	40	50,75	2.030,00
168	BRITA N° 01	M3	40	682,15	27.286,00
169	CABO ENXADA	UND	60	28,25	1.695,00



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

170	CAL FORTEX 8K	PCT	40	26,95	1.078,00
171	CANTONEIRA 3/4 X 1/8	BAR	20	50,10	1.002,00
172	CARRINHO MAO	UND	20	544,75	10.895,00
173	COLUNA P/ BANHEIRO	UND	20	137,10	2.742,00
174	DOBRADI CA COMUM 3,5 AÇO POLIDO C/ 3	CARTELA	40	39,55	1.582,00
175	EMENDA PVC P/FORRO	BAR	40	43,24	1.729,60
176	ENXADA	UND	40	91,40	3.656,00
177	FECHADURA INOX INT/EXT	UND	40	118,90	4.756,00
178	FERRO 1/2 12,50MM	BAR	40	143,25	5.730,00
179	FERRO 1/4 6,3MM	BAR	40	45,25	1.810,00
180	FERRO 3,8 10MM	BAR	40	147,00	5.880,00
181	FERRO 4,2MM ESTRIBO	BAR	40	26,50	1.060,00
182	FERRO 5/16 8MM	BAR	60	98,10	5.886,00
183	COLUNA P/CONSTRUÇÃO 5/16	BAR	60	196,60	11.796,00
184	TRELIÇA TG-8	BAR	60	90,25	5.415,00
185	FERROLHO REDONDO Nº4	UND	40	28,50	1.140,00
186	FIXADOR CAL	UND	80	9,70	776,00
187	FORRO PVC 200MM 6 M	MT	160	38,80	6.208,00
188	JANELA 100X100	UND	40	559,50	22.380,00
189	LAVATORIO BANHEIRO	UND	40	165,10	6.604,00
190	MASSA CORRIDA 28KLS	LTA	40	125,25	5.010,00
191	METALON 20X20	BAR	40	85,40	3.416,00
192	METALON 20X30	BAR	60	99,20	5.952,00
193	METALON 30X50	BAR	60	122,85	7.371,00
194	PA DE BICO	UND	60	90,50	5.430,00
195	PARAFUSO MADEIRA 3,5X25	UND	400	0,98	392,00
196	PREGO 19X36	KG	40	39,50	1.580,00
197	PICARETA	UND	40	133,17	5.326,80
198	CERAMICO 43X43	CX	160	76,00	12.160,00
199	PORTA FERRO 080X210	UND	40	671,80	26.872,00
200	REJUNTE 1K	KG	120	17,70	2.124,00
201	SELADO R 18LTS PAREDE	LTA	40	242,15	9.686,00
202	TELHA BRASILIT 0,50 X 1,10	UND	80	75,90	6.072,00
203	TELHA BRASILIT 3,66 X 1,10	UND	40	305,35	12.214,00
204	TELHA BRASILIT 2,44 X 1,10	UND	40	193,50	7.740,00
205	TELHA PLAN SOTEL	MLR	20	1.990,50	39.810,00
206	TIJOLO 8 FUROS	MLR	40	1.887,50	75.500,00
207	TIJOLO 6FUROS	MLR	40	1.607,00	64.280,00
208	TINTA PVA 18LTS	LTA	40	522,95	20.918,00
209	VASO SANITARI O	UND	20	493,65	9.873,00
210	CIMENTO SACO DE 50 KG	SC	400	79,20	31.680,00
211	TNTA 3.6 L ESMALTE	LT	80	196,30	15.704,00



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

212	TINTA 18 LT	LT	80	468,00	37.440,00
213	FITA LARGA CREPE	ROLO	80	25,60	2.048,00
214	ROLO DE PINTURA	UND	80	30,00	2.400,00
215	LIXAS PARA PAREDE	UND	80	5,15	412,00
VALOR ESTIMADO DO LOTE 4					565.245,40

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO (R\$)	1.909.322,08
--------------------------------	--------------

**1.2. Embora no sistema conste a descrição geral, ou seja, ainda que não esteja de acordo com as especificações e as unidades, prevalecem, para fins de cotação na proposta de preços, as descrições e as unidades constantes acima neste Termo de Referência e/ou no campo “Observações do item” do sistema COMPRAS.GOV.**

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, por meio da plataforma COMPRAS.GOV, com critério de julgamento por menor preço global, lote único, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021)**

A presente contratação torna-se necessária porque constantemente o Município precisa realizar gastos de custeios para o funcionamento da estrutura administrativa, a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das atividades rotineiras, visando ainda maior presteza na realização de serviços afetos à gestão, visando atender às demandas da população e promover o desenvolvimento local, tais como execução de manutenção e conservação dos prédios públicos municipais, com reformas e manutenção de prédios públicos, como escolas, postos de saúde, creches, espaços de lazer, entre outros.

O parcelamento do fornecimento é necessário devido à indisponibilidade de armazenamento nas instalações dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Além disso, a contratação por meio de licitação permite uma maior transparência no processo de contratação, garantindo a igualdade de oportunidades para todas as empresas interessadas em prestar os serviços, sem favorecimentos indevidos, respeitando as normas vigentes que norteiam a Administração Pública.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

No presente caso, após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a forma descrita nesse estudo, por meio de processo licitatório, com a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), por isso a pretendida contratação está em consonância com o que estabelece o art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade os seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Os itens serviços têm natureza de comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação dos serviços, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos de habilitação previstos no art. 62 e seguintes da lei nº 14.133/2021, **conforme serão listados no item 6 deste Termo de Referência, no campo próprio intitulado “Forma de critérios de seleção do fornecedor”**, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “h” da lei nº 14.133/2021”.

O fornecedor obriga-se a entregar a prestar os serviços que foi declarado vencedor, no endereço indicado da respectiva secretaria ou órgão, conforme necessidade da contratante, no prazo de 48 horas após a solicitação.

Quanto à questão da **sustentabilidade**, a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente; os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais; e são proibidas à Contratada as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos originados da fabricação dos bens contratados: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e outras formas vedadas pelo Poder Público.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois a parte contratada responderá em caso de inexecução contratual. Será exigida a garantia de proposta no percentual de 1% sobre o valor estimado da contratação.

Por fim, não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual, e também não se aplica a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

## **5.0. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da



contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

5.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

5.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

5.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

5.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

5.11. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

5.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

5.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

5.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



### **Fiscalização Administrativa**

5.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

5.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

### **6.1. DA HABILITAÇÃO**

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.1.1. Constatada a existência de sanção, ocorrências impeditivas e certidões com prazos vencidos, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado ou inabilitado, por falta de condição de participação.

6.1.2. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

6.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

6.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

6.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.4. Os licitantes deverão encaminhar, sob pena de desclassificação, nos termos deste Edital, além das Declarações (Modelos anexos), a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **6.4.1. Habilitação jurídica:**

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.4.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados dos documentos dos representantes legais da empresa (RG, CPF e comprovante de residência) e de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**6.4.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.1. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**6.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua

substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.2. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

c) Será exigido o recolhimento, a título de garantia de proposta, o valor correspondente a a 1% (um por cento) do valor orçado da licitação, na modalidade seguro-garantia, devendo estar com data de antes do horário da abertura da licitação, devendo o comprovante acompanhar a proposta de preços, sob pena de desclassificação.

9.4.3.1. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

6.4.3.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### **6.4.4. Qualificação Técnica:**

a) Comprovação de aptidão para prestação dos serviços compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma reconhecida, ou mediante assinatura por meio de certificado digital, em papel impresso timbrado do emitente, constando seu CNPJ e

endereço completo, devendo constar no atestado que o fornecimento dos itens com o mesmo objeto da licitação foram entregues nos últimos 6(seis) meses e deve o documento ser assinado por seu(s) sócio(s), diretor(es), administrador (es), procurador (es), gerente(s) ou funcionário responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

b) Declaração, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação na licitação.

c) Declaração de Localização e Funcionamento que indique todos os dados pertinentes, endereço, Cidade, Estado, CEP, ponto de referência e telefone, e obrigatoriamente com pelo menos 03 (três) fotos compreendendo a faixa, escritório e instalações, conforme modelo estabelecido em anexo modelo deste Edital.

6.4.4. A desobediência das exigências acima implicará a imediata desclassificação da licitante.

6.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **7.0. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. O prazo de entrega dos itens objeto da licitação será de até 30 dias após a solicitação pela Administração.

## **8.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **8.1. São obrigações da Contratante:**

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto da licitação recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.1.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **8.2. São obrigações da Contratada:**



8.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- g) promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

8.2.1. A comprovação da regularidade da contratada deverá ser observada mediante a apresentação dos mesmos documentos que ensejaram a habilitação.

## **9.0. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante a apresentação pela contratada dos mesmos documentos que ensejaram a habilitação.

9.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **10. DO REAJUSTE**

10.0. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata, admitida a revisão quando houver desequilíbrio econômico-financeiro, devendo a Contratada comprovar tal situação em Sessão Pública a ser designada pela Administração.

## **11.0. JUSTIFICATIVA DA ADJUDICAÇÃO POR LOTES – POSSIBILIDADE, “DESDE QUE NÃO HAJA PREJUÍZO PARA O CONJUNTO OU COMPLEXO OU PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA” (SÚMULA 247/2009 – TCU)**

Conforme delineado nos autos do presente processo licitatório, constam peculiaridades específicas quanto à contratação que, se for feita por itens, tende a causar sérios prejuízos à administração, pois, se a licitação foi por item, o valor da contratação será englobado no valor do item aumentando, seu custo e consequentemente o processo não teria economia de escala.

Os itens constantes neste Termo de Referência (Anexo I) não são distintos e possuem mesma natureza e ainda guardam relação entre si, em razão de sua natureza e da necessidade que atendeu a referida pretendida prestação dos serviços.

Ademais, se a adjudicação for por item haverá atraso por fornecedores, bem assim dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário, por esse motivo é necessário a disposição dos itens em lotes acordo com a sua classificação.

Dessa forma, foi optado pelo agrupamento em lote, separando-os apenas de acordo com a sua natureza, permitindo com que os fornecedores possam participar do certame sem imputar em prejuízos à competição.

A principal intenção da Administração realizar o processo em lote justifica-se pelo **princípio da economicidade**, que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88, e representa, em síntese, a

promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo, atentando-se para a necessidade de avaliação abrangente de custo da contratação, além do que o próprio art. 5º da lei nº 14.133/2021, consagra o **princípio da celeridade**, pois a Administração, ao realizar a licitação por itens, **poderá correr o risco de gerar uma ata de registro de preço para cada item**, ou seja, cada licitante poderá ganhar um único item, o que será algo que causará graves prejuízos à Administração.

O TCU por diversas vezes manifesta-se que é legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, *verbis*:

“(…) Analisando o feito, anotou o relator a pertinência da representação, "haja vista não ser a matéria, como visto, pacífica no âmbito do TCU, de sorte que, de certa maneira, enseja a análise de situações concretas, para que se possa concluir se houve, ou não, afronta à competitividade do certame". No caso vertente, em que 16 lotes contemplaram 107 itens, o relator consignou que a adoção da licitação por itens isolados exigiria "elevado número de procedimentos para seleção", o que "tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração". E concluiu no sentido de considerar, diante de irregularidade formal apurada, a representação parcialmente procedente, anotando que "diante das peculiares circunstâncias do presente caso concreto (...) a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica". O Plenário do TCU, ao acolher a proposta da relatoria, julgou parcialmente procedente a representação." Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara, TC 009.965/2013-0, relator Ministro Substituto André Luís de Carvalho, 3.9.2013 (Grifos Nossos).

**Por tais motivos, optou-se a Administração pelo agrupamento em lotes.**

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei nº 14.133/2021 o licitante que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- j) fraudar na execução do contrato.

12.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

12.2.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.2.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.2.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos na lei nº 14.133/2021.

### **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. A empresa terá o prazo de 03(três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O prazo de vigência da contratação será de até 05 (cinco) anos, observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, além da necessidade de observar as diretrizes no art. 106, incisos de I a III e §1º da lei nº 14.133/2021.

14.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **15. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos para cobrir as despesas do objeto desta licitação estão consignados no Orçamento Geral do Município/FPM/Receitas próprias/Fundos Municipais/Fonte: 500, ND 33.90.30, Programa de Trabalho: 04.122.0005.2009.0000-ADMINISTRAÇÃO; 10.301.0005.2038.0000,

10.301.0013.2075.0000 – SAÚDE; 12.361.0013.1010.0000, 12.361.0005.2018.0000, 12.361.0012.1009.0000, 12.361.0012.2018.0000 – EDUCAÇÃO; 08.122.0005.2046.0000 – ASSISTÊNCIA SOCIAL, bem como poderão ser utilizadas fontes de recursos do Tesouro Nacional (Fonte 001) e do Tesouro Estadual (Fonte 001), por meio de Emendas, Transferências Especiais e outras formas de transferência, sendo que, nesses casos, deverá constar no Contrato a referência ao documento de origem.

## **16. DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **17. FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Corrente-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Sebastião Barros-PI, 21 de maio de 2026.

JOSÉ OLIVEIRA DIAS FILHO  
MATRÍCULA/CPF \*\*\*.071.533-\*\*  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico



## **ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A PREFEITURA MUNICIPAL DE....., com sede na ....., neste ato representado ..., considerando o julgamento da licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo Administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, conforme publicação no DOM de ...../...../....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e na Lei Complementar Federal nº 123/2006, com suas respectivas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

### **1.0. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

### **2.0. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM/ LOTE	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificaç ão	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidad e	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3.0. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O Órgão Gerenciador é a PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO BARROS-PI e os participantes são as seguintes empresas: (...).

### **4.0. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50 (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

## **5.0. VALIDADE DA ATA**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, quando a proposta continuar se mostrando vantajosa para a Administração e haja aceitação das partes.

## **6.0. DAS PENALIDADES**

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas na lei nº 14.133/2021 e seu decreto regulamentador, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **7.0. CONDIÇÕES GERAIS**

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

7.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, a não ser que inexistir fornecedor para a formação do referido cadastro.

7.3. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de S.R.P., é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Corrente-PI.

Local e data.

Contratante:

**Prefeitura Municipal de Sebastião Barros-PI**

**Gerenciador do SRP**

Contratado(s):

---

**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO  
DE \_\_\_\_\_ (CONTRATANTE) E A  
\_\_\_\_\_ (CONTRATADA), NA  
FORMA ABAIXO.**

Aos \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_,  
Estado do Piauí, de um lado o **MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_**, pessoa jurídica de direito público,  
inscrito no CNPJ sob o nº ..... neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito... doravante  
denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa  
\_\_\_\_\_ denominado **CONTRATADO**,  
tendo em vista o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº ..... - Processo Administrativo nº .....,  
celebram o presente CONTRATO, nos termos e cláusulas que adiante seguem:

**1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de material de construção, elétrico e hidráulico,  
para atender a necessidades da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme especificações  
constantes no Termo de Referência.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, identificado no  
preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

**2.0. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é aquele previsto no subitem 15.3 do Edital.

**3.0. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4.0. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos para cobrir as despesas do objeto desta licitação estão consignados no Orçamento Geral do Município/FPM/Receitas próprias/Fundos Municipais/Fonte: 500, ND 33.90.30, Programa de Trabalho: 04.122.0005.2009.0000-ADMINISTRAÇÃO; 10.301.0005.2038.0000, 10.301.0013.2075.0000 – SAÚDE; 12.361.0013.1010.0000, 12.361.0005.2018.0000, 12.361.0012.1009.0000, 12.361.0012.2018.0000 – EDUCAÇÃO; 08.122.0005.2046.0000 – ASSISTÊNCIA SOCIAL, bem como poderão ser utilizadas fontes de recursos do Tesouro Nacional (Fonte 001) e do Tesouro Estadual (Fonte 001), por meio de Emendas, Transferências Especiais e outras formas de transferência, sendo que, nesses casos, deverá constar no Contrato a referência ao documento de origem.

#### **5.0. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **9.0. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **10.0. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas na lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas na mesma lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

b) amigavelmente, nos termos da lei nº 14.133/2021.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na lei nº 14.133/2021.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES PERMISSÕES**

12.1. vedado à CONTRATADA interromper a execução do fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina na lei nº 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial.

#### **16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. . Para solucionar quaisquer questões oriundas deste Contrato , é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Corrente-PI.

---

Responsável legal da CONTRATANTE

---

Responsável legal da CONTRATADA



**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

REF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa ....., CNPJ, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Certame.

Local e data.

CARIMBO COM CNPJ E NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NA LC Nº 123/2006**

REF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa ....., CNPJ, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Local e data,

CARIMBO COM CNPJ E NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL**

REF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa ....., CNPJ, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos.

Local e data,

CARIMBO COM CNPJ E NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES PELAS TRANSAÇÕES NO SISTEMA  
ELETRÔNICO**

REF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa ....., CNPJ, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

Local e data,

CARIMBO COM CNPJ E NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

REF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa ....., CNPJ, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

Local e data,

CARIMBO COM CNPJ E NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

-

**ANEXO XIX - DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENORES**

REF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa ....., CNPJ, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Local e data,

CARIMBO COM CNPJ E NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

**ANEXO X – DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

REF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto, conforme fotos em anexo do prédio e suas instalações (deverá vir acompanhada de pelo menos 03 (três) fotos compreendo: fachada, escritório e demais instalações). Declaro ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades:

LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA: ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CIDADE/ESTADO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

PONTOS DE REFERÊNCIA DA DIREITA: \_\_\_\_\_ DA

ESQUERDA: \_\_\_\_\_

FRENTE: \_\_\_\_\_

Local e data,

CARIMBO COM CNPJ E NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



**ANEXO XI  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

REF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Apresento esta proposta de preços para a referida licitação, que tem como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...					
VALOR TOTAL .....					

Validade da proposta: 60 dias.

Declaro estar ciente de que os itens do objeto da licitação deverão ser entregues 24 horas após a solitação. Declarado que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. Declaro, ainda, que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades, sendo localizada nas seguintes coordenadas... (à esquerda:..., à direita:...; e à frente: ...), conforme constante na declaração de localização.

NOME DA EMPRESA:.....

ENDEREÇO: .....

CIDADE:.....CEP:.....ESTADO:.....

FONE DE CONTATO:.....

REPRESENTANTE/CPF:.....

CNPJ DA EMPRESA N.º: .....

BANCO:..... AGÊNCIA: ..... CONTA CORRENTE: .....

Local e data,

CARIMBO COM CNPJ E NOME DA EMPRESA  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (ANEXO III)**

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO BARROS-PI

**UNIDADE ADMINISTRATIVA REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**DOCUMENTO DE ORIGEM:** DFD

## **1. INTRODUÇÃO E OBJETO**

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio.

As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Deste modo, busca-se assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida. Assim, o objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

No presente caso, objetiva-se a aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme documentos anexos.

## **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INC. I)**

A presente contratação torna-se necessária porque constantemente o Município precisa realizar gastos de custeios para o funcionamento da estrutura administrativa, a fim de proporcionar

condições ideais para o desenvolvimento das atividades rotineiras, visando ainda maior presteza na realização de serviços afetos à gestão, visando atender às demandas da população e promover o desenvolvimento local, tais como execução de manutenção e conservação dos prédios públicos municipais, com reformas e manutenção de prédios públicos, como escolas, postos de saúde, creches, espaços de lazer, entre outros.

O parcelamento do fornecimento é necessário devido à indisponibilidade de armazenamento nas instalações dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Além disso, a contratação por meio de licitação permite uma maior transparência no processo de contratação, garantindo a igualdade de oportunidades para todas as empresas interessadas em prestar os serviços, sem favorecimentos indevidos, respeitando as normas vigentes que norteiam a Administração Pública.

### **3. INSERÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS - PCA (ART. 18,§1º, INC. II)**

A Administração está consolidando todas as demandas do exercício anterior e, somando-se à presente demanda, busca-se a elaboração do PCA para o exercício seguinte, quando será inerido o objeto do presente ETP.

### **4. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR), CONF. ART. 18,§1º, INC. IV DA LEI 14.133/2021.**

A pesquisa foi realizada em consultas públicas, refletindo a similaridade dos quantitativos e preços. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas medianas não apresentam grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

Essa pesquisa possibilitou a identificação do que o mercado tem a oferecer para atender à necessidade da Administração, e ter uma noção dos custos envolvidos, comparando o custo-benefício de cada tipo de solução cogitado para a resolução do problema.

Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem a nossa necessidade, chegando-se à conclusão de que a única solução será a aquisição pela Administração dos bens de consumo objeto da contratação, já que o Município não produz tais bens.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18º, §1º, INC. VII DA LEI Nº 14.133/2021)**

No presente caso, após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a forma descrita nesse estudo, por meio de processo licitatório, com a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), em razão da impossibilidade de

previsão real do quantitativo a ser demandado, que somente serão solicitadas de acordo com as necessidades da municipalidade.

**6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DOS VALORES PARA A CONTRATAÇÃO, COM MEMÓRIAS DE CÁLCULOS (ART. 18, §1º, INC. IV C/C INC. VI DA LEI 14.133/2021)**

Nos termos do art. art. 23. da lei nº 14.133/2021, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Já o § 1º do referido artigo diz que o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

**II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;**

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; e

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No caso em tela, utilizou-se como parâmetro para a obtenção da estimativa de preços contratações similares feitas por outros órgão da Administração pública, concluindo-se que são os seguintes valores estimados da contratação, conforme extratos de consultas de preços e documentos de licitações de outros órgãos – documentos anexos):

LOTE 1 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

1	ARAME RECOZIDO 1KG	KG	80	38,60	3.088,00
2	AREIA FINA P/LEVANTE	M3	80	119,45	9.556,00
3	ARGAMASSA 20KLS	PCT	320	34,25	10.960,00
4	ARREMATE COLONIAL	BAR	80	37,85	3.028,00
5	BALDE PLASTICO 12LTS	UND	80	26,50	2.120,00
6	BARRA CHATA 3/4X1/8	BAR	80	50,75	4.060,00
7	BRITA N° 01	M3	80	682,15	54.572,00
8	CABO ENXADA	UND	80	28,25	2.260,00
9	CAL FORTEX 8K	PCT	200	26,95	5.390,00
10	CANTONEIRA 3/4 X 1/8	BAR	60	50,10	3.006,00
11	CARRINHO MAO	UND	60	544,75	32.685,00
12	COLUNA P/ BANHEIRO	UND	60	137,10	8.226,00
13	DOBRADI CA COMUM 3,5 AÇO POLIDO C/ 3	CARTELA	60	39,55	2.373,00
14	EMENDA PVC P/FORRO	BAR	60	43,24	2.594,40
15	ENXADA	UND	60	91,40	5.484,00
16	FECHADURA INOX INT/EXT	UND	60	118,90	7.134,00
17	FERRO 1/2 12,50MM	BAR	60	143,25	8.595,00
18	FERRO 1/4 6,3MM	BAR	60	45,25	2.715,00
19	FERRO 3,8 10MM	BAR	60	147,00	8.820,00
20	FERRO 4,2MM ESTRIBO	BAR	60	26,50	1.590,00
21	FERRO 5/16 8MM	BAR	60	98,10	5.886,00
22	COLUNA P/CONSTRUÇÃO 5/16	BAR	60	196,60	11.796,00
23	TRELIÇA TG-8	BAR	60	90,25	5.415,00
24	FERROLHO REDONDO N°4	UND	60	28,50	1.710,00
25	FIXADOR CAL	UND	160	9,70	1.552,00
26	FORRO PVC 200MM 6 M	MT	160	38,80	6.208,00
27	JANELA 100X100	UND	40	559,50	22.380,00
28	LAVATORIO BANHEIRO	UND	40	165,10	6.604,00
29	MASSA CORRIDA 28KLS	LTA	40	125,25	5.010,00
30	METALON 20X20	BAR	40	85,40	3.416,00
31	METALON 20X30	BAR	40	99,20	3.968,00
32	METALON 30X50	BAR	40	122,85	4.914,00
33	PA DE BICO	UND	40	90,50	3.620,00
34	PARAFUSO MADEIRA 3,5X25	UND	400	0,98	392,00
35	PREGO 19X36	KG	40	39,50	1.580,00
36	PICARETA	UND	40	133,17	5.326,80
37	CERAMICO 43X43	CX	130	76,00	9.880,00
38	PORTA FERRO 080X210	UND	40	671,80	26.872,00
39	REJUNTE 1K	KG	80	17,70	1.416,00
40	SELADO R 18LTS PAREDE	LTA	40	242,15	9.686,00
41	TELHA BRASILIT 0,50 X 1,10	UND	160	75,90	12.144,00
42	TELHA BRASILIT 3,66 X 1,10	UND	40	305,35	12.214,00
43	TELHA BRASILIT 2,44 X 1,10	UND	80	193,50	15.480,00



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

44	TELHA PLAN SOTEL	MLR	40	1.990,50	79.620,00
45	TIJOLO 8 FUROS	MLR	40	1.887,50	75.500,00
46	TIJOLO 6 FUROS	MLR	40	1.607,00	64.280,00
47	TINTA PVA 18LTS	LTA	40	522,95	20.918,00
48	VASO SANITARI O	UND	40	493,65	19.746,00
49	CIMENTO SACO DE 50 KG	SC	800	79,20	63.360,00
50	TNTA 3.6 L ESMALTE	LT	100	196,30	19.630,00
51	TINTA 18 LT	LT	100	468,00	46.800,00
52	FITA LARGA CREPE	ROLO	100	25,60	2.560,00
53	ROLO DE PINTURA	UND	100	30,00	3.000,00
54	LIXAS PARA PAREDE	UND	100	5,15	515,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 1 (R\$)</b>					<b>751.655,20</b>

<b>LOTE 2 - MATERIAL DE ELÉTRICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITARIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
55	LUMINARIA PUBLICA ABERTA E-40	UND	60	83,32	4.999,20
56	LUMINARIA PUBLICA ABERTA E-27	UND	60	72,15	4.329,00
57	BRACO P/LUMINARIA RETO C/SAPATA 1.50M	UND	80	84,90	6.792,00
58	CABO 1,5MM FLEXIVEL 750V	MT	2800	3,95	11.060,00
59	CABO 10,00MM FLEXIVEL 750V	MT	2000	12,75	25.500,00
60	CABO 2,5MM FLEXIVEL 750V	MT	2000	6,10	12.200,00
61	CABO 4,00MM FLEXIVEL 750V	MT	2800	7,75	21.700,00
62	CABO 6,00MM FLEXIVEL 750V	MT	4000	10,00	40.000,00
63	CABO NU DE COBRE 16MM	MT	80	39,00	3.120,00
64	CAIXA DE LUZ PLASTICA 4X2	UND	400	4,77	1.908,00
65	CAIXA MEDIDOR MONOFASICA	UND	60	147,15	8.829,00
66	CAIXA MEDIDOR TRIFASICA	UND	40	347,15	13.886,00
67	CANAleta C/DIVISAO	UND	40	14,25	570,00
68	TOMADA 4X2 2P+T 10A	UND	40	19,75	790,00
69	DISJUNTOR MONOFASICO 10A	UND	40	24,75	990,00
70	DISJUNTOR MONOFASICO 15A	UND	40	25,00	1.000,00
71	DISJUNTOR MONOFASICO 20A	UND	40	25,75	1.030,00
72	DISJUNTOR MONOFASICO 25 A	UND	40	26,75	1.070,00
73	DISJUNTOR MONOFASICO 30A	UND	40	26,00	1.040,00
74	DISJUNTOR MONOFASICO 35A	UND	40	29,50	1.180,00
75	DISJUNTOR MONOFASICO 70 A	UND	40	60,25	2.410,00
76	DISJUNTOR TRIFASICO 50 A	UND	40	104,50	4.180,00
77	CONDUITE GARGANTA 1/2	MT	300	4,20	1.260,00
78	FIO TORCIDO 2X075 750V	MT	600	6,35	3.810,00
79	FITA ISOLANTE AUTA FUSAO 5MT	UND	200	16,20	3.240,00





80	HASTE ATERRAMENTO 2,40	UND	40	69,50	2.780,00
81	HASTE ATERRAMENTO 1,20	UND	40	48,00	1.920,00
82	HASTE ATERRAMENTO 1,50	UND	40	59,75	2.390,00
83	INTERRUPTOR MEIO CORDAO (PERA)	UND	100	9,70	970,00
84	BOCAL S/CHAVE E-27	UND	160	9,25	1.480,00
85	LAMPADA ELETRONICA 45W	UND	40	93,75	3.750,00
86	LAMPADA ELETRONICA 20W	UND	40	58,75	2.350,00
87	LAMPADA ELETRONICA 25W	UND	40	67,50	2.700,00
88	LAMPADA FLUORESCENTE DE 20W	UND	40	29,25	1.170,00
89	LAMPADA FLUORESCENTE DE 40W	UND	40	92,40	3.696,00
90	LUMINARIA ALETADA 2X20 COMPLETA	UND	40	197,90	7.916,00
91	LUMINARIA ALETADA 2X40 COMPLETA	UND	40	218,90	8.756,00
92	INTERRUPTOR 4X2 C/1 INT + ITOM.	UND	60	42,00	2.520,00
93	INTERRUPTOR 4X2 C/1 TC	UND	60	19,50	1.170,00
94	INTERRUPTOR 4X2 C/2TC	UND	60	27,00	1.620,00
95	TOMADA 4X2 DUPLA 2P+T 10A	UND	60	30,75	1.845,00
96	REATOR VAPOR SODIO 400W	UND	60	195,35	11.721,00
97	REATOR VAPOR SODIO 250W	UND	60	198,40	11.904,00
98	REATOR VAPOR SODIO 70W	UND	60	132,00	7.920,00
99	LAMPADA VAPOR SODIO 400W	UND	60	164,50	9.870,00
100	LAMPADA VAPOR SODIO 250W	UND	60	118,75	7.125,00
101	LAMPADA VAPOR SODIO 70W	UND	60	133,50	8.010,00
102	BASE P/RELE FOTOELETRICO	UND	80	25,50	2.040,00
103	REFLETOR ALOGEMA 500W	UND	40	83,67	3.346,80
104	RELE FOTO ELETRI CO	UND	80	77,20	6.176,00
105	BOCAL DE LOUÇA	UND	4	28,50	114,00
106	CABO MULTIPLEX 10MM MONOFASI CO	MT	80	16,00	1.280,00
107	CABO MULTIPLEX 16MM TRIFASICO	MT	80	17,25	1.380,00
108	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 12 COMP.	MT	40	87,75	3.510,00
109	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 12 / 16 COM	UND	40	73,00	2.920,00
110	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 24 COMP.	UND	40	198,75	7.950,00
111	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 04 COMP.	UND	40	91,75	3.670,00
112	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 6/8 COMP.	UND	40	53,75	2.150,00
113	CLIQUE TRIFASI CO C/ PREGO	UND	800	1,65	1.320,00
114	ABRAÇADEIRA TIPO D 3/4	UND	400	4,47	1.788,00
115	TAMPA CEGA	UND	20	5,97	119,40
116	PLAFON	UND	80	16,25	1.300,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 2 (R\$)</b>					<b>319.540,40</b>





LOTE 3 - MATERIAL DE HIDRÁULICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
117	ADAPTADOR FLANGE 50MM	UND	80	57,90	4.632,00
118	BOIA PARA CAIXA D'AGUA	UND	80	46,85	3.748,00
119	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL PVC 50X20	UND	100	13,75	1.375,00
120	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL PVC 50X25	UNID	80	13,50	1.080,00
121	CAIXA D'AGUA 1000LTS	UNID	60	981,00	58.860,00
122	CAIXA D'AGUA 500LTS	UNID	60	857,45	51.447,00
123	CAIXA DESCARGA 6LTS NOVO PADRÃO	UNID	60	89,40	5.364,00
124	CAIXA SINFONADA PVC	UNID	100	30,85	3.085,00
125	CHUVEIRO PVC 1/2	UNID	100	41,15	4.115,00
126	COLAR TOMADA 50MM	UND	60	28,50	1.710,00
127	COLAR TOMADA 60MM	UND	60	28,50	1.710,00
128	JOELHO ESGOTO PVC 150MM	UND	60	55,90	3.354,00
129	JOELHO ESGOTO PVC DE 100	UND	100	16,25	1.625,00
130	JOELHO ESGOTO PVC DE 40MM	UND	80	7,50	600,00
131	JOELHO ESGOTO PVC DE 50MM	UND	200	9,50	1.900,00
132	JOELHO SOLDÁVEL PVC DE 20MM	UND	200	3,40	680,00
133	JOELHO SOLDÁVEL PVC DE 25MM	UND	200	4,25	850,00
134	JOELHOS SOLDÁVEL PVC DE 50MM	UND	100	11,65	1.165,00
135	LUVA ESGOTO PVC 100MM	UND	80	13,00	1.040,00
136	LUVA SOLDÁVEL PVC 20MM	UND	80	3,15	252,00
137	LUVA SOLDÁVEL PVC DE 25MM	UND	80	4,00	320,00
138	MANGUEIRA PRETA 1/2	MT	400	6,25	2.500,00
139	REGADOR PLÁST. PVC 10LTS	MT	60	60,80	3.648,00
140	REGISTRO PVC 20MM	MT	40	19,35	774,00
141	REGISTRO PVC 25MM	UND	40	28,00	1.120,00
142	SIFÃO SANFONADO 40	UND	40	15,12	604,80
143	TE ESGOTO PVC 100MM	UND	80	33,35	2.668,00
144	TE ESGOTO PVC 40MM	UND	60	11,37	682,20
145	TE ESGOTO PVC 50MM	UND	80	13,80	1.104,00
146	TE SOLDÁVEL PVC DE 20MM	UND	400	3,35	1.340,00
147	TE SOLDÁVEL PVC DE 25MM	UND	200	5,55	1.110,00
148	TE SOLDÁVEL PVC DE 50MM	UND	100	19,65	1.965,00
149	TORNEIRA JARDIM PVC 1/2	UND	100	7,35	735,00
150	TUBO DESCARGA PARA VASO	BAR	40	37,75	1.510,00
151	TUBO ESGOTO PVC 150MM	BAR	60	317,50	19.050,00
152	TUBO ESGOTO PVC DE 100MM	BAR	40	240,00	9.600,00



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

153	TUBO ESGOTO PVC DE 40MM	BAR	40	75,00	3.000,00
154	TUBO ESGOTO PVC DE 50MM	BAR	100	111,00	11.100,00
155	TUBO ESGOTO PVC DE 75MM	BAR	80	132,50	10.600,00
156	TUBO SOLDAVEL PVC DE 20MM	BAR	200	47,50	9.500,00
157	TUBO SOLDAVEL PVC DE 25MM	BAR	160	59,00	9.440,00
158	TUBO SOLDAVEL PVC DE 32MM	BAR	60	74,50	4.470,00
159	TUBO SOLDAVEL PVC DE 40MM	BAR	80	100,00	8.000,00
160	TUBO SOLDAVEL PVC DE 50MM	BAR	60	144,00	8.640,00
161	TUBO SOLDAVEL PVC DE 60MM	BAR	80	204,50	16.360,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 3 (R\$)</b>					<b>278.433,00</b>

<b>LOTE 4 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITARIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
162	ARAME RECOSIDO 1KG	KG	80	38,60	3.088,00
163	AREIA FINA P/LEVANTE	M3	80	119,45	9.556,00
164	ARGAMASSA 20KLS	PCT	160	34,25	5.480,00
165	ARREMATE COLONIAL	BAR	40	37,85	1.514,00
166	BALDE PLASTICO 12LTS	UND	40	26,50	1.060,00
167	BARRA CHATA 3/4X1/8	BAR	40	50,75	2.030,00
168	BRITA N° 01	M3	40	682,15	27.286,00
169	CABO ENXADA	UND	60	28,25	1.695,00
170	CAL FORTEX 8K	PCT	40	26,95	1.078,00
171	CANTONEIRA 3/4 X 1/8	BAR	20	50,10	1.002,00
172	CARRINHO MAO	UND	20	544,75	10.895,00
173	COLUNA P/ BANHEIRO	UND	20	137,10	2.742,00
174	DOBRADI CA COMUM 3,5 AÇO POLIDO C/ 3	CARTELA	40	39,55	1.582,00
175	EMENDA PVC P/FORRO	BAR	40	43,24	1.729,60
176	ENXADA	UND	40	91,40	3.656,00
177	FECHADURA /INOX INT/EXT	UND	40	118,90	4.756,00
178	FERRO 1/2 12,50MM	BAR	40	143,25	5.730,00
179	FERRO 1/4 6,3MM	BAR	40	45,25	1.810,00
180	FERRO 3,8 10MM	BAR	40	147,00	5.880,00
181	FERRO 4,2MM ESTRIBO	BAR	40	26,50	1.060,00
182	FERRO 5/16 8MM	BAR	60	98,10	5.886,00
183	COLUNA P/CONSTRUÇÃO 5/16	BAR	60	196,60	11.796,00
184	TRELIÇA TG-8	BAR	60	90,25	5.415,00
185	FERROLHO REDONDO N°4	UND	40	28,50	1.140,00



186	FIXADOR CAL	UND	80	9,70	776,00
187	FORRO PVC 200MM 6 M	MT	160	38,80	6.208,00
188	JANELA 100X100	UND	40	559,50	22.380,00
189	LAVATORIO BANHEIRO	UND	40	165,10	6.604,00
190	MASSA CORRIDA 28KLS	LTA	40	125,25	5.010,00
191	METALON 20X20	BAR	40	85,40	3.416,00
192	METALON 20X30	BAR	60	99,20	5.952,00
193	METALON 30X50	BAR	60	122,85	7.371,00
194	PA DE BICO	UND	60	90,50	5.430,00
195	PARAFUSO MADEIRA 3,5X25	UND	400	0,98	392,00
196	PREGO 19X36	KG	40	39,50	1.580,00
197	PICARETA	UND	40	133,17	5.326,80
198	CERAMICO 43X43	CX	160	76,00	12.160,00
199	PORTA FERRO 080X210	UND	40	671,80	26.872,00
200	REJUNTE 1K	KG	120	17,70	2.124,00
201	SELADO R 18LTS PAREDE	LTA	40	242,15	9.686,00
202	TELHA BRASILIT 0,50 X 1,10	UND	80	75,90	6.072,00
203	TELHA BRASILIT 3,66 X 1,10	UND	40	305,35	12.214,00
204	TELHA BRASILIT 2,44 X 1,10	UND	40	193,50	7.740,00
205	TELHA PLAN SOTEL	MLR	20	1.990,50	39.810,00
206	TIJOLO 8 FUROS	MLR	40	1.887,50	75.500,00
207	TIJOLO 6FUROS	MLR	40	1.607,00	64.280,00
208	TINTA PVA 18LTS	LTA	40	522,95	20.918,00
209	VASO SANITARI O	UND	20	493,65	9.873,00
210	CIMENTO SACO DE 50 KG	SC	400	79,20	31.680,00
211	TNTA 3.6 L ESMALTE	LT	80	196,30	15.704,00
212	TINTA 18 LT	LT	80	468,00	37.440,00
213	FITA LARGA CREPE	ROLO	80	25,60	2.048,00
214	ROLO DE PINTURA	UND	80	30,00	2.400,00
215	LIXAS PARA PAREDE	UND	80	5,15	412,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 4</b>					<b>565.245,40</b>

<b>VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO (R\$)</b>	<b>1.909.322,08</b>
---------------------------------------	---------------------

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INC. III DA LEI Nº 14.133/2021)

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos ea proposta, assumindo com exclusividade os seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Os itens pretendidos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento dos bens, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos de habilitação previstos no art. 62 e seguintes da lei nº 14.133/2021, **conforme deverão ser listados no Termo de Referência, em campo próprio intitulado “Forma de critérios de seleção do fornecedor”**, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “h” da lei nº 14.133/2021”.

O fornecedor obriga-se a prestar os serviços em que foi declarado vencedor, no endereço indicado da respectiva secretaria ou órgão, conforme necessidade da contratante, no prazo de 48 horas após a solicitação.

Quanto à questão da **sustentabilidade**, a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente; os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais; e são proibidas à Contratada as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos originados da fabricação dos bens contratados: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e outras formas vedadas pelo Poder Público.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois a parte contratada responderá em caso de inexecução contratual. Será exigida a garantia de proposta no percentual de 1% sobre o valor estimado da contratação.

Por fim, não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual, e também não se aplica a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

#### **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INC. VIII DA LEI Nº 14.133/2021)**

A licitação pública é um processo seletivo mediante o qual a Administração Pública oferece igualdade de oportunidade a todos os que com ela queiram contratar, preservando a equidade no trato do interesse público, tudo a fim de cotejar propostas para escolher uma ou algumas delas.

No entanto, existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos.

O procedimento licitatório normal, nestes casos, conduziria ao sacrifício do interesse público e não asseguraria a contratação mais vantajosa.

A licitação será realizada por Sistema de Registro de Preços, pois os serviços serão demandados de acordo com as necessidades da Secretaria e o valor a ser pago à empresa registrada será na forma parcelada, conforme forem surgindo as necessidades da municipalidade.

#### **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Pretende-se com esta contratação resolver o problema mencionado no item necessidade da contratação.

#### **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.18º, §1º, INC. X DA LEI Nº 14.133/2021)**

Considerando que a Administração Pública deverá definir o objeto no Termo de Referência todos os seus elementos essenciais e acidentais, homenageando a qualidade, o benefício, a superioridade e, enfim, a vantagem que não é – em absoluto – sinônimo de menor valor, o edital deve prever mecanismo de obtenção de qualidade e estabelecer as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que sejam pertinentes e correlatas ao cumprimento das obrigações assumidas, acompanhando o mandamento constitucional estampado no inciso XXI do artigo 37 da Carta Maior.

Serão estabelecidas premissas para a execução contratual, valorizando-se a qualidade e os demais objetivos que informam o processo de aquisição e demais informações como encargos, dotações orçamentárias e recursos, obrigações das partes, rescisão do contrato, penalidades, pagamentos e demais disposições gerais.

Os instrumentos que integrarão o procedimento deverão cuidar de temas indispensáveis a constar:

- a) publicidade dos atos processuais: Os atos serão publicados nos termos da Lei 14.133/21;
- b) fornecimento, recebimento e aceite do objeto;
- c) forma de pagamento: após emissão da nota fiscal e após a prestação dos serviços, de acordo com as necessidades da Administração; e outras indispensáveis.

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INC. XI DA LEI Nº 14.133/2021)**

Não há necessidade/demanda de contratações correlatas ou interdependentes no presente objeto desta Contratação.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INC. XII DA LEI Nº 14.133/2021)**

A(s) empresa(s) vencedora(s) terá (ão) total responsabilidade sobre seus atos, de não gerar impactos negativos ao meio ambiente.

**13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18º, §1º, INC. XIII DA LEI Nº 14.133/2021)**

Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Sebastião Barros-PI, 14 de maio de 2026.

JOSÉ OLIVEIRA DIAS FILHO  
MATRÍCULA/CPF \*\*\*.071.533-\*\*

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)**

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO BARROS-PI

**UNIDADE ADMINISTRATIVA REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender a necessidades da Prefeitura Municipal e suas Secretarias, conforme documentos anexos.

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação torna-se necessária porque constantemente o Município precisa realizar gastos de custeios para o funcionamento da estrutura administrativa, a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das atividades rotineiras, visando ainda maior presteza na realização de serviços afetos à gestão, visando atender às demandas da população e promover o desenvolvimento local, tais como execução de manutenção e conservação dos prédios públicos municipais, com reformas e manutenção de prédios públicos, como escolas, postos de saúde, creches, espaços de lazer, entre outros.

**3. QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS:**

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	ARAME RECOZIDO 1KG	KG	80
2	AREIA FINA P/LEVANTE	M3	80
3	ARGAMASSA 20KLS	PCT	320
4	ARREMATE COLONIAL	BAR	80
5	BALDE PLASTICO 12LTS	UND	80
6	BARRA CHATA 3/4X1/8	BAR	80
7	BRITA N° 01	M3	80
8	CABO ENXADA	UND	80
9	CAL FORTEX 8K	PCT	200
10	CANTONEIRA 3/4 X 1/8	BAR	60
11	CARRINHO MAO	UND	60
12	COLUNA P/ BANHEIRO	UND	60





PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

13	DOBRADI CA COMUM 3,5 AÇO POLIDO C/ 3	CARTELA	60
14	EMENDA PVC P/FORRO	BAR	60
15	ENXADA	UND	60
16	FECHADURA INOX INT/EXT	UND	60
17	FERRO 1/2 12,50MM	BAR	60
18	FERRO 1/4 6,3MM	BAR	60
19	FERRO 3,8 10MM	BAR	60
20	FERRO 4,2MM ESTRIBO	BAR	60
21	FERRO 5/16 8MM	BAR	60
22	COLUNA P/CONSTRUÇÃO 5/16	BAR	60
23	TRELIÇA TG-8	BAR	60
24	FERROLHO REDONDO Nº4	UND	60
25	FIXADOR CAL	UND	160
26	FORRO PVC 200MM 6 M	MT	160
27	JANELA 100X100	UND	40
28	LAVATORIO BANHEIRO	UND	40
29	MASSA CORRIDA 28KLS	LTA	40
30	METALON 20X20	BAR	40
31	METALON 20X30	BAR	40
32	METALON 30X50	BAR	40
33	PA DE BICO	UND	40
34	PARAFUSO MADEIRA 3,5X25	UND	400
35	PREGO 19X36	KG	40
36	PICARETA	UND	40
37	CERAMICO 43X43	CX	130
38	PORTA FERRO 080X210	UND	40
39	REJUNTE 1K	KG	80
40	SELADO R 18LTS PAREDE	LTA	40
41	TELHA BRASILIT 0,50 X 1,10	UND	160
42	TELHA BRASILIT 3,66 X 1,10	UND	40
43	TELHA BRASILIT 2,44 X 1,10	UND	80
44	TELHA PLAN SOTEL	MLR	40
45	TIJOLO 8 FUROS	MLR	40
46	TIJOLO 6 FUROS	MLR	40
47	TINTA PVA 18LTS	LTA	40
48	VASO SANITARI O	UND	40
49	CIMENTO SACO DE 50 KG	SC	800
50	TNTA 3.6 L ESMALTE	LT	100
51	TINTA 18 LT	LT	100
52	FITA LARGA CREPE	ROLO	100
53	ROLO DE PINTURA	UND	100
54	LIXAS PARA PAREDE	UND	100



MATERIAL DE ELÉTRICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
55	LUMINARIA PUBLICA ABERTA E-40	UND	60
56	LUMINARIA PUBLICA ABERTA E-27	UND	60
57	BRACO P/LUMINARIA RETO C/SAPATA 1.50M	UND	80
58	CABO 1,5MM FLEXIVEL 750V	MT	2800
59	CABO 10,00MM FLEXIVEL 750V	MT	2000
60	CABO 2,5MM FLEXIVEL 750V	MT	2000
61	CABO 4,00MM FLEXIVEL 750V	MT	2800
62	CABO 6,00MM FLEXIVEL 750V	MT	4000
63	CABO NU DE COBRE 16MM	MT	80
64	CAIXA DE LUZ PLASTICA 4X2	UND	400
65	CAIXA MEDIDOR MONOFASICA	UND	60
66	CAIXA MEDIDOR TRIFASICA	UND	40
67	CANALETA C/DIVISAO	UND	40
68	TOMADA 4X2 2P+T 10A	UND	40
69	DISJUNTOR MONOFASICO 10A	UND	40
70	DISJUNTOR MONOFASICO 15A	UND	40
71	DISJUNTOR MONOFASICO 20A	UND	40
72	DISJUNTOR MONOFASICO 25 A	UND	40
73	DISJUNTOR MONOFASICO 30A	UND	40
74	DISJUNTOR MONOFASICO 35A	UND	40
75	DISJUNTOR MONOFASICO 70 A	UND	40
76	DISJUNTOR TRIFASICO 50 A	UND	40
77	CONDUITE GARGANTA 1/2	MT	300
78	FIO TORCIDO 2X075 750V	MT	600
79	FITA ISOLANTE AUTA FUSAO 5MT	UND	200
80	HASTE ATERRAMENTO 2,40	UND	40
81	HASTE ATERRAMENTO 1,20	UND	40
82	HASTE ATERRAMENTO 1,50	UND	40
83	INTERRUPTOR MEIO CORDAO (PERA)	UND	100
84	BOCAL S/CHAVE E-27	UND	160
85	LAMPADA ELETRONICA 45W	UND	40
86	LAMPADA ELETRONICA 20W	UND	40
87	LAMPADA ELETRONICA 25W	UND	40
88	LAMPADA FLUORESCENTE DE 20W	UND	40
89	LAMPADA FLUORESCENTE DE 40W	UND	40
90	LUMINARIA ALETADA 2X20 COMPLETA	UND	40
91	LUMINARIA ALETADA 2X40 COMPLETA	UND	40
92	INTERRUPTOR 4X2 C/1 INT + ITOM.	UND	60



93	INTERRUPTOR 4X2 C/1 TC	UND	60
94	INTERRUPTOR 4X2 C/2TC	UND	60
95	TOMADA 4X2 DUPLA 2P+T 10A	UND	60
96	REATOR VAPOR SODIO 400W	UND	60
97	REATOR VAPOR SODIO 250W	UND	60
98	REATOR VAPOR SODIO 70W	UND	60
99	LAMPADA VAPOR SODIO 400W	UND	60
100	LAMPADA VAPOR SODIO 250W	UND	60
101	LAMPADA VAPOR SODIO 70W	UND	60
102	BASE P/RELE FOTOELETRICO	UND	80
103	REFLETOR ALOGEMA 500W	UND	40
104	RELE FOTO ELETRI CO	UND	80
105	BOCAL DE LOUÇA	UND	4
106	CABO MULTIPLEX 10MM MONOFASI CO	MT	80
107	CABO MULTIPLEX 16MM TRIFASICO	MT	80
108	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 12 COMP.	MT	40
109	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 12 / 16 COM	UND	40
110	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 24 COMP.	UND	40
111	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 04 COMP.	UND	40
112	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO C/ 6/8 COMP.	UND	40
113	CLIQUE TRIFASI CO C/ PREGO	UND	800
114	ABRAÇADEIRA TIPO D 3/4	UND	400
115	TAMPA CEGA	UND	20
116	PLAFON	UND	80

MATERIAL DE HIDRÁULICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
117	ADAPTADOR FLANGE 50MM	UND	80
118	BOIA PARA CAIXA D'AGUA	UND	80
119	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL PVC 50X20	UND	100
120	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL PVC 50X25	UNID	80
121	CAIXA D'AGUA 1000LTS	UNID	60
122	CAIXA D'AGUA 500LTS	UNID	60
123	CAIXA DESCARGA 6LTS NOVO PADRÃO	UNID	60
124	CAIXA SINFONADA PVC	UNID	100
125	CHUVEIRO PVC 1/2	UNID	100



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

126	COLAR TOMADA 50MM	UND	60
127	COLAR TOMADA 60MM	UND	60
128	JOELHO ESGOTO PVC 150MM	UND	60
129	JOELHO ESGOTO PVC DE 100	UND	100
130	JOELHO ESGOTO PVC DE 40MM	UND	80
131	JOELHO ESGOTO PVC DE 50MM	UND	200
132	JOELHO SOLDABEL PVC DE 20MM	UND	200
133	JOELHO SOLDABEL PVC DE 25MM	UND	200
134	JOELHOS SOLDABEL PVC DE 50MM	UND	100
135	LUVA ESGOTO PVC 100MM	UND	80
136	LUVA SOLDABEL PVC 20MM	UND	80
137	LUVA SOLDABEL PVC DE 25MM	UND	80
138	MANGUEIRA PRETA 1/ 2	MT	400
139	REGADOR PLAST. PVC 10LTS	MT	60
140	REGISTRO PVC 20MM	MT	40
141	REGISTRO PVC 25MM	UND	40
142	SIFAO SANFONADO 40	UND	40
143	TE ESGOTO PVC 100MM	UND	80
144	TE ESGOTO PVC 40MM	UND	60
145	TE ESGOTO PVC 50MM	UND	80
146	TE SOLDABEL PVC DE 20MM	UND	400
147	TE SOLDABEL PVC DE 25MM	UND	200
148	TE SOLDABEL PVC DE 50MM	UND	100
149	TORNEIRA JARDIM PVC 1/ 2	UND	100
150	TUBO DESCARGA PARA VASO	BAR	40
151	TUBO ESGOTO PVC 150MM	BAR	60
152	TUBO ESGOTO PVC DE 100MM	BAR	40
153	TUBO ESGOTO PVC DE 40MM	BAR	40
154	TUBO ESGOTO PVC DE 50MM	BAR	100
155	TUBO ESGOTO PVC DE 75MM	BAR	80
156	TUBO SOLDABEL PVC DE 20MM	BAR	200
157	TUBO SOLDABEL PVC DE 25MM	BAR	160
158	TUBO SOLDABEL PVC DE 32MM	BAR	60
159	TUBO SOLDABEL PVC DE 40MM	BAR	80
160	TUBO SOLDABEL PVC DE 50MM	BAR	60
161	TUBO SOLDABEL PVC DE 60MM	BAR	80

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
162	ARAME RECOSIDO 1KG	KG	80
163	AREIA FINA P/LEVANTE	M3	80



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

164	ARGAMASSA 20KLS	PCT	160
165	ARREMATE COLONIAL	BAR	40
166	BALDE PLASTICO 12LTS	UND	40
167	BARRA CHATA 3/4X1/8	BAR	40
168	BRITA N° 01	M3	40
169	CABO ENXADA	UND	60
170	CAL FORTEX 8K	PCT	40
171	CANTONEIRA 3/4 X 1/8	BAR	20
172	CARRINHO MAO	UND	20
173	COLUNA P/ BANHEIRO	UND	20
174	DOBRADI CA COMUM 3,5 AÇO POLIDO C/ 3	CARTELA	40
175	EMENDA PVC P/FORRO	BAR	40
176	ENXADA	UND	40
177	FECHADURA /INOX INT/EXT	UND	40
178	FERRO 1/2 12,50MM	BAR	40
179	FERRO 1/4 6,3MM	BAR	40
180	FERRO 3,8 10MM	BAR	40
181	FERRO 4,2MM ESTRIBO	BAR	40
182	FERRO 5/16 8MM	BAR	60
183	COLUNA P/CONSTRUÇÃO 5/16	BAR	60
184	TRELIÇA TG-8	BAR	60
185	FERROLHO REDONDO N°4	UND	40
186	FIXADOR CAL	UND	80
187	FORRO PVC 200MM 6 M	MT	160
188	JANELA 100X100	UND	40
189	LAVATORIO BANHEIRO	UND	40
190	MASSA CORRIDA 28KLS	LTA	40
191	METALON 20X20	BAR	40
192	METALON 20X30	BAR	60
193	METALON 30X50	BAR	60
194	PA DE BICO	UND	60
195	PARAFUSO MADEIRA 3,5X25	UND	400
196	PREGO 19X36	KG	40
197	PICARETA	UND	40
198	CERAMICO 43X43	CX	160
199	PORTA FERRO 080X210	UND	40
200	REJUNTE 1K	KG	120
201	SELADO R 18LTS PAREDE	LTA	40
202	TELHA BRASILIT 0,50 X 1,10	UND	80
203	TELHA BRASILIT 3,66 X 1,10	UND	40
204	TELHA BRASILIT 2,44 X 1,10	UND	40
205	TELHA PLAN SOTEL	MLR	20



PREFEITURA DE  
**SEBASTIÃO  
BARROS**  
CONSTRUINDO O FUTURO

206	TIJOLO 8 FUIROS	MLR	40
207	TIJOLO 6FUIROS	MLR	40
208	TINTA PVA 18LTS	LTA	40
209	VASO SANITARI O	UND	20
210	CIMENTO SACO DE 50 KG	SC	400
211	TNTA 3.6 L ESMALTE	LT	80
212	TINTA 18 LT	LT	80
213	FITA LARGA CREPE	ROLO	80
214	ROLO DE PINTURA	UND	80
215	LIXAS PARA PAREDE	UND	80

#### **4. DATA DE PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO E DO FORNECIMENTO DO MATERIAL**

A data prevista para o início da contratação imediatamente após a homologação da licitação e os serviços deverão ser prestados em caso de surgimento das necessidades da municipalidade.

#### **5. GRAU DE PRIORIDADE**

( ) Baixo      ( ) Médio      ( X ) Alto

#### **6. RESPONSÁVEL PELA DEMANDA**

Assim sendo, tendo em vista a necessidade de aquisição dos referidos itens, submetemos a presente demanda à autoridade superior competente, para fins de deliberação acerca da viabilidade da contratação.

Sebastião Barros-PI, 07 de maio de 2026.

ANDRÉ FILHO BARBOSA DE SOUSA  
MATRÍCULA/CPF \*\*\*.750.143-\*\*

Secretário Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026**

### MAPA DE RISCO

**Objeto:** Aquisição de pneus, câmaras de ar, baterias e protetores, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

De acordo com o art. 26,§1º da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017, o Mapa de Riscos deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação, pelo menos: I - ao final da elaboração dos Estudos Preliminares; II - ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico; III - após a fase de Seleção do Fornecedor; e IV - após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

<b>FASE DE ANÁLISE</b>				
<b>( X ) PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR</b>				
<b>( ) GESTÃO DO CONTRATO</b>				
<b>Ordem sequencial</b>	<b>Risco</b>	<b>Descrição do impacto</b>	<b>Ação preventiva</b>	
1º	Incorreta identificação da demanda	Instrução processual inadequada	Identificar corretamente os setores responsáveis. Verificar corretamente a demanda. Envolver os setores na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	
2º	Falta de designação ou designação incorreta de responsáveis	Falta de análise dos instrumentos processuais. Falta de verificação da necessidade a ser atendida.	Identificar corretamente os setores responsáveis que devem participar de forma intensiva no processo.	
3º	Estudos preliminares incorretos	Instrução processual inadequada. Falha no atendimento das necessidades da área demandante.	Identificar corretamente os setores responsáveis. Solicitar indicação de responsáveis técnicos e demandantes. As indicações deverão ser compostas por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação pertinente ao objeto e dos procedimentos da contratação.	
4º	Estimativa inadequada de quantitativo do objeto a ser licitado	Falha no atendimento das necessidades da área demandante. Impossibilidade de aditivo contratual (acréscimo ou	Adequado levantamento das reais necessidades da área demandante.	Análise de possibilidade de aditivo contratual, levando em consideração a porcentagem estabelecida para acréscimos ou supressões do objeto em questão.





		supressão).		
5º	Fracasso da licitação	Atrasos da execução do objeto.	Realizar o adequado levantamento das necessidades de execução.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico e com experiência necessárias à condução de todo o processo.
6º	Impugnação do edital	Atraso na contratação da empresa	Elaborar o edital corretamente. Atentar às normas e legislações vigentes ao elaborar o edital. Compatibilizar informações com o Termo de Referência; Objeto claro e referenciado.	análise mútua das equipes envolvidas; revisão do Tr; análise do edital e seus anexos.

FASE DE ANÁLISE				
( ) PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR				
( X ) GESTÃO DO CONTRATO				
Ordem sequencial	Risco	Descrição do impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
1º	Execução do objeto contratual em desacordo com o Contrato	Falha no atendimento das necessidades do setor requisitante; Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios.	Fiscalização diária e mensal a ser realizada pelo contratante ; Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais; Aplicação de advertências; notificação extrajudicial; rescisão contratual; abertura de processo administrativo sancionador; aplicação de Multa.
2º	Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade	Aumento do custo e demora na execução do objeto	Fiscalização intensa	Anotações da Fiscalização.
9,3º	Períodos de chuva fora da previsibilidade	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior	Não há.	Contratante e a empresa devem fazer uma análise das circunstâncias e ações possíveis; Planejamento prévio.



	local			
4º	Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato; Contratação de empresa sem capacidade financeira compatível com o valor total da contratação .	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto; Abandono do contrato; Inadimplemento com funcionários e fornecedores.	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa; Acervo técnico compatível com o objeto.	Avaliar adequadamente a empresa.
5º	Falta de pagamento à contratada.	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão

Sebastião Barros-PI, 21 de maio de 2026.

JOSÉ OLIVEIRA DIAS FILHO  
MATRÍCULA/CPF \*\*\*.071.533-\*\*

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico